

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Composição, pressupostos e teses do livro	1
1. Composição deste livro: seis problemas de seis disciplinas.....	1
2. A metodologia retórica: perspectiva empírica, dissonância e porosidade da linguagem	7
3. Dois pressupostos epistemológicos: o problema do conhecimento e uma antropologia carente	14
4. Um pressuposto axiológico: a tentativa de neutralidade analítica leva à tolerância.....	17
5. Dois pressupostos históricos: a mudança de menor para maior complexidade e o mito de Sísifo	20
6. As três teses que informam este livro e os três sentidos da palavra “retórica”	23
CAPÍTULO PRIMEIRO – Os problemas da hermenêutica jurídica, campo 1 da introdução ao estudo do direito: conceito (como se entende) e função (para que serve)	31
1.1. Entender a linguagem do direito, não se assustar com ela	31
1.2. Esquema triangular (sugestão retórica para tratamento do problema hermenêutico do conhecimento do direito).....	36
1.3. Função principal da hermenêutica jurídica: metarregras como estratégias para controlar antinomias e lacunas.....	39
1.4. Diferenças entre as teorias da interpretação (conhecimento), da argumentação (persuasão) e da decisão (erística)	45
1.5. O esquema circular hermenêutico (remissão ao Capítulo terceiro)	49
CAPÍTULO SEGUNDO – O problema da linguagem jurídica, campo 2 da introdução ao estudo do direito: o conceito de direito a partir das dicotomias tradicionais	55
2.1. Etimologia da palavra “direito”	55

2.2. Caráter multívoco da palavra “direito” e suas diversas acepções.....	58
2.3. A metáfora da natureza da justiça na oposição e fundamentação do governo: diferenciação entre direito positivo e direito natural	59
2.4. Coletividade e individualidade: diferenciação entre direito objetivo e direito subjetivo	62
2.5. A complexidade do governo e a diferenciação entre direito público e direito privado	67
2.6. Persistência das dicotomias	71
CAPÍTULO TERCEIRO – O problema do conhecimento na filosofia do direito, campo 3 da introdução ao estudo do direito: como separar o direito do não direito	73
3.1. O eterno fluxo dos dados empíricos	73
3.2. A racionalização dos dados empíricos	75
3.3. Diferenciação moderna entre razão significativa e razão significada e a inserção do problema da linguagem na “virada” linguística: a Síndrome de Babel	80
3.4. Esquema circular (sugestão retórica realista para tratamento do problema)	83
3.4.1. O direito como evento	83
3.4.2. O direito como linguagem significada.....	85
3.4.3. O direito como linguagem significativa	87
CAPÍTULO QUARTO – O problema ético na filosofia do direito, campo 4 da introdução ao estudo do direito: como separar o bom do mau direito	89
4.1. Esclarecimento preliminar: diferença entre objeto e enunciado ou entre linguagem e metalinguagem (direito natural e jusnaturalismo, direito positivo e juspositivismo)	89
4.2. O direito natural cósmico: da ideia de ordem natural (<i>physis</i>) à de direito natural (<i>nomos</i>).....	95
4.3. O direito natural da divindade ainda irracional para o ser humano.....	98
4.4. O direito natural na lógica divina traduzida pela Igreja Católica.....	99
4.5. O direito natural protestante e a lógica humana da razão	101
4.6. O direito natural democrático e a problematização da imutabilidade	103
4.7. Impossibilidade de separar analiticamente o bom do mau direito	107

CAPÍTULO QUINTO – Os problemas do conhecimento e da ética na sociologia do direito, campo 5 da introdução ao estudo do direito: as soluções do juspositivismo	111
5.1. Esclarecimento preliminar: aumento da complexidade social, pulverização ética e legitimação pelo procedimento juridicamente organizado.....	111
5.2. Legalismo e generalidade da lei.....	115
5.3. Normativismo e a moldura da criação do direito pelo Judiciário	118
5.4. Realismo e diferenciação entre texto e norma.....	121
CAPÍTULO SEXTO – O problema da autonomia dos sistemas normativos na história do direito, campo 6 da introdução ao estudo do direito: critérios para diferenciação.....	129
6.1. Distinção entre substância e atributo como ponto de partida na tradição da dogmática jurídica.....	129
6.2. Exterioridade, heteronomia e alteridade	131
6.3. Coerção, coercibilidade, coercitividade, sanção e coação	134
6.4. Objeções à coercitividade como critério distintivo do direito	137
6.5. Unilateralidade e bilateralidade	142
6.6. Generalidade: universalidade e impessoalidade.....	144
6.7. Imperatividade e sua porosidade	147
CAPÍTULO SÉTIMO – O direito dogmaticamente organizado e sua ciência....	151
7.1. O Leviatã e a pretensão de monopólio do direito	151
7.2. O fenômeno da positivação do direito visto como dogmatização.....	155
7.3. O modelo dogmático para tratamento do problema do conhecimento do direito	158
7.4. O problema da cientificidade do direito	166
7.4.1. Três dicotomias: ser e dever (ser), proposição e norma de direito, linguagem e metalinguagem.....	166
7.4.2. Retórica realista: material (efetividade), estratégica (técnica) e epistêmica (ciência)	173
7.4.3. Negação da possibilidade de conhecimento científico do direito.....	178
CAPÍTULO OITAVO – Das concepções estruturais e funcionais à retórica da norma jurídica	185
8.1. Estrutura lógica da norma e funtores deônticos.....	185

8.2. Distinção entre regra e princípio.....	191
8.3. Distinção entre regra técnica e norma ética	196
8.4. Razão e tempo: a complexidade do futuro	201
8.5. Função da norma diante das expectativas de comportamento.....	206
8.6. Conceito retórico de norma como narrativa.....	211
CAPÍTULO NONO – Fontes do direito como expressões linguísticas de normas jurídicas e sua hierarquia.....	217
9.1. A metáfora das fontes do direito.....	217
9.2. A estratégia dogmática para exclusão do problema ontológico: a diferenciação entre fontes materiais e fontes formais	219
9.3. Fontes formais primárias e secundárias.....	222
9.4. Fontes não estatais do direito: o costume jurídico	224
9.5. A doutrina como fonte do direito	230
9.6. Autonomia da vontade e contrato como fonte negocial.....	234
CAPÍTULO DÉCIMO – Escolha das fontes estatais como pontos de partida dogmáticos diante do caso concreto	237
10.1. O procedimento democrático na dogmática jurídica	237
10.2. Adequação	240
10.3. Validade.....	242
10.4. Vigência	243
10.5. Incidência.....	245
10.6. Eficácia técnica.....	246
10.7. Eficácia jurídica	248
10.8. Eficácia social (efetividade).....	248
10.9. Existência	250
10.10. Uma crítica retórica às divergências conceituais.....	251
CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – Sobrecargas e pulverização das instâncias decisórias.....	255
11.1. A sobrecarga do texto: dissociação entre texto e norma decisória.....	255
11.2. A sobrecarga do direito como ambiente ético comum	259
11.3. A sobrecarga do Judiciário e o problema do ativismo judicial	263
11.4. A pulverização das instâncias decisórias: do desacordo sobre o texto aos algoritmos.....	270

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – CONCLUSÃO – O eterno retorno: o problema da fundamentação e a legitimidade do direito posto	275
12.1. As diversas perspectivas sobre o valor humano na natureza	275
12.2. Concepção erística sobre a arbitrariedade das preferências éticas: subdesenvolvimento e corrupção.....	280
12.3. Ética e tolerância: a retórica da universalização de direitos subjetivos.....	284
12.4. Conceitos de humanismo e direitos humanos como atitude normativa	292
REFERÊNCIAS	299